



História (São Paulo)

ISSN: 0101-9074

revistahistoria@unesp.br

Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho
Brasil

Winterling, Aloys
Loucura imperial na Roma antiga
História (São Paulo), vol. 31, núm. 1, enero-junio, 2012, pp. 4-26
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=221022956003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Loucura Imperial na Roma Antiga

Imperial madness in Ancient Rome

Aloys WINTERLING*

Resumo: Este artigo aborda a questão da “loucura imperial” na Roma antiga, indagando-se sobre o que seria peculiar a ações de imperadores, como Calígula, Nero e Domitiano, que conduziu a conflitos com a aristocracia. Argumenta-se que apenas uma análise das estruturas e sistemas históricos do Alto Império possibilita explicar certos padrões de comportamento imperial, usualmente classificados como loucura pela historiografia dos séculos XIX e XX.

Palavras-chave: Roma antiga; loucura imperial; política.

Abstract: This article addresses the question of “imperial madness” in ancient Rome, asking what was so particular about the actions of emperors, as Caligula, Nero, and Domitian, that it led to conflicts with the aristocracy. It is argued that only an analysis of the historical structures and systems of the Early Empire could explain certain patterns of imperial behaviour that usually are classified as madness by the historiography of the 19th and 20th centuries.

Keywords: ancient Rome; imperial madness; politics.

Certa vez, tendo o imperador Calígula, que governou o Império Romano de 37 a 41 d.C., adoecido gravemente, dois cidadãos romanos apresentaram-se: um afirmava que desejava oferecer sua própria vida e outro se propunha a lutar como gladiador se o imperador se recuperasse. Calígula recuperou a saúde pouco depois e exigiu que cumprissem suas promessas, de modo que ambos vieram a morrer. Também agiu de forma estranha outras vezes: cometeu incesto com suas irmãs, queria fazer cônsul seu cavalo e afirmou ser capaz de comunicar-se com a deusa lunar.

Diz-se que Nero, imperador de 54 a 68 d.C., se considerava um artista talentoso. Cantava, tocava cítara, escrevia poesia e conduzia bigas. Exibiu-se em teatros e arenas de circo e até fez uma turnê pela Grécia no ano 67/68. Em Roma, utilizou-se de imensos recursos do império para promover luxuosos banquetes públicos na cidade e para construir um complexo palaciano para si

* Professor doutor - Institut für Geschichtswissenschaften - Humboldt-Universität zu Berlin - Unter den Linden 6, D – 10099, Berlin. Artigo originalmente publicado em *Jahrbuch des Historischen Kollegs*, 2007, pp. 115-139. Tradução de Fábio Duarte Joly. Revisão de Fábio Favarsani. Para informações mais atualizadas ver WINTERLING, 2011a. E-mail: alloys.winterling@geschichte.hu-berlin.de

mesmo, no centro de Roma, que ligava a colina do Palatino àquela do Esquilino e ocupava uma área que se estima em cerca de 50 hectares.

Diz-se que Domiciano, imperador de 81 a 96 d.C., teria aterrorizado a aristocracia romana de forma sistemática e obrigou-a regularmente a atender a suas recepções matinais e jantares noturnos no palácio. Ao fim de seu reinado, tinha tanto medo de conspirações que instalou espelhos sobre os muros do palácio para ver o que estava acontecendo em sua retaguarda.

Calígula, Nero, Domiciano, caso nos centremos no primeiro século d.C., personificam de maneira absoluta a imagem negativa dos imperadores romanos nas fontes literárias antigas. As fontes citam como características comuns orgulho, ódio e perseguição da aristocracia senatorial, luxo e prodigalidade, crueldade e perversão sexual, megalomania e, ainda – no caso de cada imperador, de forma mais ou menos óbvia –, sinais de doença mental. Todos os três foram assassinados — no caso de Nero, forçado a cometer suicídio. Após suas mortes, foram apagados da memória pública pelo Senado pela *damnatio memoriae*, e seus atos, postumamente declarados inválidos. Foram esses três imperadores, acima de tudo – além de Cômodo, que governou entre os anos 180 e 192 – que deram sentido ao termo moderno “loucura imperial (ou loucura cesariana)”. Esse termo começou a aparecer no século XIX e foi aplicado também a governantes contemporâneos, mostrando-se útil desde então em vários contextos não acadêmicos. Ele se transformou em uma espécie de categoria síntese para designar a perda de contato com a realidade por potentados modernos, causada pelo próprio papel que desempenhavam.

Em relação aos “Césares loucos” de Roma, os estudiosos há tempos estão cientes de que a maneira pela qual esses imperadores são retratados nas fontes antigas não apenas é claramente pouco confiável, mas, em grande medida, caracterizada por declarações que são evidentemente incorretas. Isto pode ser ilustrado com o exemplo do pretense incesto do imperador Calígula com suas irmãs. Ambas as fontes contemporâneas disponíveis – neste caso, o senador romano Sêneca e Filo de Alexandria – ignoram esta acusação, embora ambos os autores estivessem familiarizados com a corte e a aristocracia de Roma e, sem dúvida, teriam conhecimento de tais assuntos se de fato tivessem ocorrido. Uma vez que seus relatos mostram-se abertamente hostis ao imperador, é muito improvável que não o tivessem acusado de incesto se soubessem do episódio. Em seus *Anais*, Tácito, que escreve mais de seis décadas depois, no início do século II d.C., considera Agripina (irmã de Calígula e depois esposa do imperador Cláudio) capaz até de tentativa de incesto com seu próprio filho, o jovem imperador Nero, e enumera os casos de adultério de que ela tinha sido acusada (Tac., *Ann.*, 14, 2); no entanto, não relata o incesto com seu irmão, o que viria bem a calhar

na sua caracterização. É apenas na biografia de Calígula, escrita por Suetônio alguns anos depois de Tácito, que se afirma que o imperador tivera relações sexuais com suas três irmãs (Suet., *Cal.*, 24).

Pode-se conjecturar que a tradição de denúncias remonta a invectivas secretas durante a vida dos imperadores ou tenham sido publicadas logo após suas mortes.¹ Embora essas histórias tivessem pouca credibilidade para os contemporâneos e historiadores que escreviam com uma pretensão de verdade, elas foram retomadas por autores posteriores, levadas a sério e transmitidas adiante. Tácito descreve a dificuldade que tinha com as fontes disponíveis para ele em relação aos quatro sucessores de Augusto: “De Tibério, Caio (Calígula), Cláudio e Nero, enquanto vivos o medo não deixou falar com verdade; depois de mortos, o ódio recente falseou as narrativas” (Tac., *Ann.*, 1, 1, 2). Os próprios relatos de Tácito, e aqueles de Plínio, o Jovem, acerca de Domiciano – de quem ambos eram contemporâneos – de fato mostram uma falta de neutralidade e evidenciam uma mais ou menos óbvia inimizade frente a esse imperador – não obstante o objetivo declarado de escreverem *sine ira et studio*.

Qual a consequência dessa posição das fontes para os historiadores modernos? Ora, isso mostra que os comportamentos anormais atribuídos aos imperadores “loucos” não são muito dignos de crédito. Embora não seja possível contestá-las em cada caso particular, o contexto geral prova que o ônus da prova está invertido: por causa do caráter tendencioso desses relatos, seria necessário em cada caso, antes de tudo, provar que são plausíveis, o que, devido ao estado da transmissão, dificilmente seria cabível.

Isso significa então que a questão da “loucura imperial” na Roma antiga sequer pode ser abordada? Creio que não. Ela simplesmente deve ser combinada com a pergunta: O que subjaz a ela? Praticamente todos os relatos sobre os imperadores conhecidos por nós provêm de autores que eram membros da ordem senatorial ou equestre. O mesmo vale, sem dúvida, para aqueles autores, que hoje desconhecemos, das invectivas escritas com “ódio recente”. Eles eram, portanto, os membros da sociedade aristocrática que – por exemplo, nas recepções na corte – estavam em contato direto e regular com os imperadores e que foram imediatamente afetados pelo comportamento imperial em suas oportunidades de vida – por patronato ou acusações. Assim, os retratos denunciatórios de Calígula, Nero e Domiciano não podem, de modo algum, ser tomados literalmente. Contudo, como tal, oferecem uma evidência valiosa e de primeira linha dos conflitos fundamentais entre esses imperadores e a elite aristocrática.

Uma vez que as próprias fontes são parte do problema que pretendem descrever imparcialmente, uma metodologia mais complexa deve ser empregada para o argumento, como a seguir.

1. A questão da “loucura imperial” romana deve ser subdividida em duas outras: (a) O que era tão peculiar às ações desses imperadores que levou a conflitos com a aristocracia e causou ódio profundo da parte desse grupo? (b) A natureza especial desse comportamento remontaria a características psicopáticas, à loucura imperial?

2. Ambas as perguntas não podem ser respondidas por avaliação direta das fontes, mas, como um primeiro passo, requerem um desvio, por meio de uma análise das estruturas e sistemas históricos. Apenas assim podem ser estabelecidos critérios que nos permitam avaliar a plausibilidade dos relatos sobre cada imperador, o grau em que são verdadeiros em relação ao que está sendo relatado. É apenas uma objeção aparente que a análise da estrutura histórica se embasa nessas mesmas fontes literárias. A investigação de conjuntos estruturais de fatos pode recorrer a declarações feitas, de passagem, por autores antigos, a um tipo de informação, portanto, que revela o que eles consideravam autoevidente e que permanece intocado pela sua mensagem pretendida, ou mesmo, pressuposta. É apenas neste contexto que uma tentativa pode ser feita para recontextualizar as ações dos imperadores.

Isto nos leva à seguinte estrutura: I. Estado da pesquisa, II. Estruturas sociopolíticas e “loucura imperial”, III. Estruturas mentais e “loucura imperial”.

Estado da pesquisa

No âmbito da história de eventos e biografias sobre os imperadores retratados como loucos, os estudiosos tendem ou a acompanhar o julgamento de autores antigos de uma forma mais ou menos nuançada ou a reabilitar os imperadores, combatendo a “tendenciosidade” das fontes, até mesmo invertendo suas declarações.² Em ambos os casos, o caráter denunciatório das fontes não foi suficientemente levado em consideração: no primeiro caso, na medida em que suas afirmações são, em última instância, tomadas literalmente; no segundo caso, a própria natureza das denúncias e as tensões a partir das quais surgiram não são consideradas adequadamente.

Até recentemente, a escola de pensamento histórico-estrutural acreditou que a questão poderia ser descartada.³ As análises do papel do imperador no contexto do “Estado” romano, bem como investigações culturais e sócio-históricas, têm-se caracterizado desde o século XIX pelo fato de que a questão dos “Césares loucos” fora banalizada por meio de uma depreciação moralizante

(“incapazes”) ou simplesmente ignorada. Ora, ignorar a existência de imperadores como Calígula, Nero ou Domiciano, encarando-os como uma espécie de ponto de ruptura accidental, acaba por provar a falta de complexidade por parte da investigação histórico-estrutural do Império.

Duas escolas de pesquisa não deixaram praticamente qualquer marca na história antiga “tradicional”, apesar de terem se preocupado diretamente com a “loucura imperial”. Uma pode ser considerada parte da história médica, a outra, da antropologia política. Um exemplo da primeira é o livro de Friedrich Wiedemeister, *A Loucura Cesariana da Família Imperial Júlio-Cláudia como ilustrada pelos imperadores Tibério, Calígula, Cláudio e Nero*, publicado em 1875. Munido do conhecimento psicopatológico de sua época, os imperadores foram diagnosticados à distância, e seu comportamento procurou ser explicado como o resultado de uma “doença mental” genética, concernente à doença “da alma” (WIEDEMEISTER, 1875, p. x). “Dissonância melancólica” no caso de Tibério (*ibidem*, pp. 25, 40, 48, 50), “monomania” e “loucura” em Calígula (WIEDEMEISTER, 1875, pp. 94, 96, 99, 122), “idiotice inata” em Cláudio (WIEDEMEISTER, 1875, p. 210) e “mania periódica” com “fúria maníaca” ocasional, no caso de Nero (WIEDEMEISTER, 1875, pp. 233, 236, 263, 272), estavam entre as conclusões de tais diagnósticos retrospectivos. Investigações metodologicamente similares a de Wiedemeister continuaram a ser publicadas até não muito tempo atrás, como as de Hans v. Hentig (1924) e de Albert Esser (1958).

A segunda vertente de investigação voltada à “loucura cesariana” tomou como ponto de partida a noção de que ela representava uma espécie de risco ocupacional a que estavam sujeitos os monarcas absolutos e, portanto, seria como uma constante antropológica que poderia ser diagnosticada repetidamente no decorrer de diferentes períodos. A partir dessa perspectiva, a “loucura cesariana” era um distúrbio psicológico específico que se aplicaria apenas aos Césares em vez de – como pensava Wiedemeister – uma loucura completamente regular na qual os Césares sucumbiram simplesmente por acaso ou devido a sua herança genética. A conhecida exposição desta hipótese, o trabalho de Ludwig Quidde, de cerca de vinte páginas, *Calígula. Um estudo sobre a loucura cesariana romana* foi publicado em 1894. Quidde descreve os “aspectos da doença” da seguinte maneira: “megalomania, alçada à auto-adulação, desprezo de todas as barreiras legais ..., crueldade brutal sem finalidade ou sentido”. A diferença frente a outros tipos de doença mental reside no fato de “que a posição do governante fornece um solo particularmente fértil para essas tendências se enraizarem e permite-lhes desenvolver de uma forma desenfreada, que não seria possível de outro modo” (QUIDDE, 1926, p. 7).

Como se sabe, o “Calígula louco”, de Quidde, apresentou tantos paralelos com o então imperador alemão Guilherme II que seu tratado foi reimpresso trinta vezes durante um breve período, mas ao final levou a sua prisão e fim de carreira acadêmica (HOLL, 2007). Outro resultado das restrições políticas contemporâneas ao seu tratado foi que a noção de “loucura imperial” não ganhou consideração crítica dentro da academia (HAMPL, 1966, pp. 126-136). No entanto, já continha o que são afinal suposições esclarecedoras sobre as inter-relações entre papel sociopolítico e doença mental. E aplicam-se a elas as mesmas objeções dirigidas à perspectiva histórica médica. Deve-se ter em mente o seguinte com relação a essas duas interpretações da “loucura imperial” romana.

1. Ambas não têm base em quaisquer fontes. Supõem que os relatos que foram transmitidos são literalmente verdadeiros e, portanto, baseados em informações em parte provadas e, em parte, claramente de caráter denunciatório.

2. Ambas tomam como ponto de partida uma premissa metodológica problemática. Presumem uma invariabilidade meta-histórica dos fenômenos psicopatológicos, independentemente da diversidade do contexto social e cultural dos diferentes períodos em que se manifestam.

3. Cada diagnóstico retrospectivo está baseado na suposição de que o conhecimento psicopatológico ou antropológico, desenvolvido em seu próprio tempo – e com referência a fenômenos de seu tempo –, não está ligado a seu tempo e também pode ser aplicado a objetos de outras épocas e culturas. Que não seja este o caso, é ilustrado pelo próprio termo “loucura” empregado por Wiedemeister e Quidde, (naturalmente) limitado temporalmente, e que não é de forma alguma compartilhado pela compreensão psicológica e psiquiátrica de hoje, tanto no que diz respeito a sua relação diferencial com outros fenômenos psicopatológicos quanto à questão do condicionamento genético-biológico.⁴

Resumindo a situação da investigação, pontualmente podemos concluir: do mesmo modo que um *anacronismo constitucional-legal* (a hipótese de “circunstâncias políticas ordenadas” durante o Império) é predominante nos estudos de História Antiga tradicional, a interpretação médico-histórica e antropológica da “loucura imperial” é baseada em um *anacronismo psicológico*. Abaixo tentarei desenvolver alternativas para ambos os anacronismos.

Estruturas sociopolíticas e “loucura imperial”

Ao longo dos séculos, uma ordem sociopolítica havia se estabelecido na Roma republicana, caracterizada pelo governo coletivo de uma aristocracia:⁵ uma ordem política, anacronicamente

denominada pela maioria dos estudiosos de “Estado”, garantiu uma ampla distribuição de poder entre a classe superior por meio de cargos assumidos temporariamente e de procedimentos para sua indicação e controle. Ao mesmo tempo, as estruturas políticas produziram a noção de uma diferença fundamental entre duas esferas sociais: por um lado, havia a arena “pública” que dizia respeito a cada cidadão (*res publica*), na qual o poder era assumido por rodízio, e, por outro – e separada dele – havia a esfera doméstica, a *domus*, em que o cidadão como indivíduo “privado” permanentemente governava seus dependentes. A estratificação social tomou a forma de uma hierarquia que estava intimamente ligada a estruturas políticas. Honra e *status* resultavam de funções políticas anteriormente desempenhadas. Os cargos políticos, portanto, significavam honra social: o termo latino *honos* significa ambos, ao mesmo tempo.

A ordem sociopolítica, e isto é evidente à primeira vista, como um todo, objetivava evitar o poder permanente de um indivíduo, ou seja, uma monarquia. Nas guerras civis da República tardia, contudo, um novo papel político surgiu, caracterizado pela monopolização das forças militares de poder e acesso privilegiado aos recursos econômicos do império, assumindo assim um caráter claramente monárquico: o papel do imperador. Isso era incompatível com a ordem sociopolítica tradicional, pois, no contexto da ordem política, a posição do imperador tinha um caráter usurpador ilegítimo, e no âmbito da hierarquia social os imperadores bateram de frente com os procedimentos de distribuição de honra, uma vez que sempre existiram consulares mais velhos que, a esse respeito, formalmente suplantava-os. Os imperadores não se interessavam por uma diferenciação entre esferas “pública” e “privada”, entre *domus* e *res publica*. O imperador não era nem *magistratus* temporário nem *privatus* apolítico, como é ilustrado, por exemplo, pelo fato de que nem sua riqueza nem parte do tesouro público, o *aerarium*, estivessem sujeitas às leis civis de herança.

Mesmo que o papel do imperador, como tal, logo se tenha mostrado incontornável, cada imperador individualmente enfrentou uma fundamental falta de aceitação por parte do restante da sociedade aristocrática. Isto é ilustrado, por exemplo, pela condição de que os obstáculos para matar o monarca se mostraram notavelmente baixos na Roma Antiga: dos doze imperadores do primeiro século d.C., apenas cinco morreram de morte natural.

No entanto, também não houve alternativa para a antiga ordem sociopolítica. Devido à integração política da sociedade, à interconexão direta entre cargo e honra, a remoção da constituição republicana significaria simultaneamente remover a classe superior aristocrática e a própria hierarquia social – uma tarefa impossível, mesmo porque os próprios imperadores

necessitavam de senadores do alto escalão para comandar suas legiões e governar as províncias do Império.

Minha primeira sugestão é que a simultânea coexistência e incompatibilidade de monarquia e *res publica* na Roma imperial levou a problemas paradoxais ao nível do comportamento dos atores aristocráticos: ações com intenções claras tinham consequências inesperadas que eram contrárias às intenções dos atores. Primeiro, os imperadores lidavam com o caráter usurpador de sua posição ao permitir que o Senado lhes conferisse poderes oficiais derivados do direito constitucional republicano. Eles assim estabilizavam sua posição política de forma paradoxal desde o princípio e a mantinham em instabilidade permanentemente. Ao se legitimar, precisavam-se renovar a cada momento as instituições republicanas impedindo o estabelecimento de uma ordem de sucessão regulada pelo direito constitucional, i.e., uma legitimidade monárquica *sui generis* era afastada. No que diz respeito à estratificação social, os imperadores permitiram que lhes fossem concedidas honras extraordinárias: a dedicação de estátuas em espaços cívicos, consulados, triunfos. Todas essas honras continuaram a ser oferecidas, no entanto, pela tradicional ordem estamental política republicana e eram geralmente concedidas por decreto senatorial. Precisamente por esvaziá-las de poder e colocá-las em seu topo, ao mesmo tempo, os imperadores, paradoxalmente, reafirmavam a velha hierarquia, que não previa um monarca, como a única válida.

O contexto em que os atores senatoriais deviam operar não era menos paradoxal: ao confirmar legalmente e honrar os respectivos titulares do poder, eles sublinhavam sua própria e contínua importância como aristocracia política, mas também reforçavam sua impotência. Pois eles mesmos não decidiam a quem confirmar e honrar como imperador, mas os militares, seu antecessor no trono ou intrigas na corte.

Como imperadores e aristocracia lidaram com essa situação paradoxal? Uma ferramenta fundamental era a prática de uma comunicação ambígua entre imperador e aristocracia, diferenciada em dois planos.⁶ No nível manifesto do discurso explícito, a pretensão era que não houvesse poder imperial superior e que magistrados e Senado mantivessem sua importância tal qual anteriormente. No entanto, num nível latente, comunicava-se implicitamente que existia um imperador e que todos se guiavam por sua vontade. Pode-se dizer que essa foi uma característica particular do primeiro imperador, Augusto, ao ter exercido e incentivado com perfeição este método de comunicação, em grande parte tornando supérfluos o mando e a obediência em suas relações com os senadores: externamente, ele se comportava como um senador comum – vivia de forma moderada em termos materiais, honrava o Senado e os senadores –, mas, ao mesmo tempo, perseguiu sistematicamente a

extensão de sua posição de poder político-militar e econômico. Por outro lado, o Senado e os magistrados aparentemente agiam como se não houvesse imperador, mas, ao mesmo tempo, todos faziam o que estava de acordo com a vontade imperial.

Um dos poucos casos em que o latente tornou-se manifesto é relatado por Tácito acerca de um processo no Senado em que o imperador Tibério estava presente. Quando se ia votar sobre uma questão sensível de forma aberta e na sequência usual, o senador Calpúrnio Piso perguntou ao imperador: “Em que posição você deseja votar, César? Se primeiro, então eu sei que opinião seguir. Se depois de todos os outros, temo que eu possa, por ignorância, ter uma opinião diferente” (Tac., *Ann.*, 1, 74, 5 ss).

Incompatibilidade e falta de alternativa a uma monarquia, por um lado, República aristocrática, por outro, e a impossibilidade de integrar os imperadores na sociedade política tradicional caracterizam, portanto, as estruturas sociopolíticas na Roma imperial. Condições paradoxais sob as quais agir e uma forma ambígua de comunicação foram os resultados. A posição dos imperadores andava de mãos dadas com a onipotência ilimitada, por um lado, e com a onipresente ameaça pela aristocracia, por outro. Os “bons” imperadores de Roma tentaram fazer com que suas posições excepcionais como imperadores fossem evidentes o menos possível para assim ganhar aceitação aristocrática. Como o comportamento dos imperadores retratados como loucos aparece nesse contexto?

No início de seu governo, Calígula, que se tornou imperador com 24 anos de idade,⁷ continuou a comunicação ambígua na tradição de Augusto, por exemplo, anunciando a divisão do poder em discurso para o Senado, mas deixando seus guarda-costas, a força de elite da guarda pretoriana, em frente ao Senado, numa vívida demonstração do poder imperial. Uma ampla conspiração de que membros de ponta do Senado participaram encerrou o acordo pacífico entre imperador e aristocracia. A resposta de Calígula à conspiração foi a seguinte: ele fez um discurso no Senado, preservado por Dião Cássio, em que expressou temas que ninguém ousara antes expor abertamente nesses círculos. Ele acusou abertamente os senadores de odiá-lo e planejarem sua morte (Dião Cássio, 59, 16, 2-7). Acusou-os de hipocrisia e, portanto, revelou a adulação obsequiosa dos senadores para com o imperador. Ou seja, ele rompeu o complexo e ambíguo sistema de comunicação e trouxe à cena a questão central que, durante décadas, e com grande esforço, fora mantida latente na comunicação entre imperador e senadores: a discrepância fundamental entre o poder imperial e os interesses da aristocracia, a falta de aceitação do imperador e a ameaça a sua pessoa representada especificamente pelos senadores.

Posteriormente, Calígula permitiu que a maneira aristocrática de comunicação – que, devido ao equilíbrio de poder, continuou a ser subserviente – despontasse para expô-la ao ridículo. Os dois homens que citamos anteriormente, que tinham jurado sacrificar suas vidas e lutar como gladiador se o imperador recuperasse a saúde, foram forçados a se matar para não quebrar suas promessas (Dião Cássio, 59, 8, 3 ss; Suet., *Cal.*, 27, 2). Ou seja, ele levou a sério a bajulação dos que tinham pensado que nada teriam a temer se ele morresse e que esperavam ser recompensados se ele sobrevivesse. Ele desconsiderou o que pretendiam e confrontou-os com o que disseram.

Um conjunto semelhante de fatos provavelmente subjaz ao relato da conversa de Calígula com a deusa lunar. O senador L. Vitélio, pai do futuro imperador e universalmente conhecido por suas bajulações bem sucedidas, é apontado como o primeiro a honrar Calígula como deus (Suet., *Vit.*, 2, 5). Isso não é nada fora do comum, uma vez que os senadores, desde os tempos de César, procuraram adular aqueles no poder com aclamações de divindade, investindo-os de uma aura sagrada. Enquanto Augusto e Tibério constantemente rejeitaram tais tentativas dentro de Roma, Calígula reagiu da seguinte forma: de acordo com Dião Cássio, disse em um encontro com Vitélio que ele – Calígula – só estava conversando com a deusa lunar, e que Vitélio poderia ver a deusa de perto (Dião Cássio, 59, 27, 5).

Vitélio claramente não considerou Calígula um deus, e Calígula também não se achava um deus. Isso significa que o imperador, também neste caso (e outros exemplos poderiam ser acrescentados), revelou uma bajulação ao considerá-la literalmente. Ao mesmo tempo, ele humilhou o adulator, insistindo que o comportamento real correspondesse à lisonja. Isso colocou Vitélio em uma situação difícil: ou admitia ter sido insincero e confessava que de fato não considerava Calígula um deus – o que poderia inverter o efeito desejado de sua bajulação a seu oposto – ou fingia que realmente acreditava que o imperador era um deus. Em outras palavras: deveria se comportar como se fosse insano. Como ele se livrou dessa situação é uma prova das habilidades comunicativas de Vitélio. Ele baixou os olhos, recorda Dião Cássio, e respondeu com voz baixa: “Apenas vocês, deuses, ó senhor, são capazes de ver um ao outro” (Dião Cássio, 59, 27, 6).

Uma descrição muito diferente deste incidente na biografia de Calígula feita por Suetônio é reveladora do estado de nossas fontes. Ao simplesmente relatar a conversa de Calígula com a deusa lunar, a impressão que se passa é que o imperador, em seu distúrbio mental, realmente acreditava ser um deus (Suet., *Cal.*, 22, 4).

Passemos agora à ação provavelmente mais famosa desse imperador: Dião Cássio escreve que Calígula tinha planejado, após a conspiração senatorial mencionada acima, tornar seu cavalo de

corrida predileto, chamado Incitatus, cônsul. O pano de fundo desse comportamento aparentemente louco se torna claro, desta vez com a ajuda do relato correspondente de Suetônio: além de um estábulo de mármore, uma manjedoura de marfim e cobertores de carmesim, o biógrafo assevera que o imperador também deu ao cavalo uma *domus*: uma casa, numerosos criados e utensílios de mesa sofisticados a fim de que os convidados recebidos em seu nome fossem servidos da maneira mais refinada. Ao fim, era sua intenção atribuir ao cavalo o consulado (Dião Cássio, 59, 14, 7; Suet., *Cal.*, 55, 3).

O modo como as casas senatoriais da época eram regidas, como sabemos, por exemplo, a partir de um extenso relato de Tácito, era um elemento central de exibição social de *status* e objeto de rivalidades, às vezes ao ponto de levar à ruína econômica (Tac., *Ann.*, 3, 55, 1 ss). A exibição externa e material de *status* havia se tornado cada vez mais importante na medida em que diminuía o verdadeiro poder político da nobreza por causa do papel do imperador. O consulado, que proporcionava a mais alta posição de honra dentro da ordem social hierárquica, continuou a ser o objetivo aristocrático mais importante, assim como dantes. Equipar e honrar o cavalo imperial, portanto, representava uma zombaria cínica e a desvalorização simbólica dos elementos mais importantes da vida aristocrática e da hierarquia social tradicional em geral.

O fato de que Calígula estivesse preocupado com a distribuição social de honra e, portanto, também com sua própria posição, é mostrado por outro relato. Após uma segunda conspiração ampla – a resposta aristocrática ao cônsul designado Incitatus –, o imperador *proibiu* as honras regulares do Senado a sua pessoa: “Pois não queria de maneira alguma dar a impressão de que algo que lhe trouxesse honra (em grego, *timé*) estivesse nas mãos de um senador; se isto ocorresse, poder-se-ia pensar que eles eram mais poderosos do que ele e capazes de fazer-lhe favores como a uma pessoa de baixa condição. E, portanto, muitas vezes opôs-se a várias das honras concedidas a ele, visto que não levavam a um aumento de seu esplendor, mas sim à diminuição da sua posição de poder” (Dião Cássio, 59, 23, 3 ss). Essas palavras de Dião Cássio – a despeito da fonte de que tenha se servido – são assaz dignas de crédito, uma vez que este escritor também é propenso a mostrar o imperador confuso em suas ações. Elas significam que Calígula estava ciente da paradoxal posição social do imperador e tentou resolvê-la: destruindo a hierarquia aristocrática e tentando ganhar uma posição de honra para si mesmo para além da hierarquia baseada nas honras republicanas ligadas a magistraturas.

Nero tinha dezesseis anos quando se tornou imperador romano em 54 d.C.⁸ Sua mãe, Agripina, irmã de Calígula e partícipe de uma das conspirações contra seu irmão, assassinou seu marido e tio, o imperador Cláudio, com a ajuda de um prato de cogumelos envenenados a fim de assegurar a sucessão para seu filho. Os primeiros cinco anos de governo de Nero são descritos como um período feliz. Na realidade, seu professor Sêneca, filósofo e senador, e o prefeito do pretório, Afrânio Burro, lideraram o governo. Em seu primeiro discurso no Senado, supostamente composto por Sêneca, o jovem Nero teria anunciado, de forma programática, que, sob seu principado, *domus* e *res publica*, a casa imperial e a coisa pública, deveriam voltar a ser esferas distintas (Tac., *Ann.*, 13, 4, 2: *discretam domum et rem publicam*). Isto fazia lembrar a crescente importância que adquirira a corte imperial sob Cláudio, além do problema maior de encontrar uma posição para o imperador dentro da organização política da República. Permanece incerto como Sêneca teria imaginado isso – pois o imperador poderia, como mostrado acima, permanecer nem como *privatus* nem como *magistratus* devido à sua posição excepcional e usurpadora –, mas tal discurso foi naturalmente bem recebido pelos senadores, se de fato eles levaram a sério.

É significativo como Nero se posicionou em relação à diferenciação entre ambas as esferas a partir de *circa* 60 d.C., após se emancipar de sua mãe e de seu professor – ambos não morreram de morte natural. Relata-se que Nero passou a oferecer banquetes cada vez mais longos e opulentos e começou a promovê-los em espaços públicos no centro da cidade. Tácito fornece uma descrição detalhada de um desses banquetes e comenta que Nero “tratara toda a cidade como se fosse sua casa” (Tac., *Ann.*, 15, 37, 1: *tota urbe quase domo uti*; cf. Suet., *Nero*, 27, 2). A *domus aurea*, de Nero, um palácio imenso construído após o incêndio de Roma, cobriu duas das sete colinas e toda a área intermediária. Em Roma, foram compostos versos satíricos que Suetônio nos transmitiu: “Roma se tornará sua casa. Emigrem para Veios, cidadãos! Se esta casa também não se estender a Veios...” (Suet., *Nero*, 39, 2).

As atividades políticas de Nero corresponderam a essa expansão da *domus* imperial dentro da cidade. Na sequência da descoberta da conspiração de Pisão, em 65 d.C., em que amplos círculos da aristocracia senatorial estiveram envolvidos, Nero planejou, segundo os rumores, envenenar todo o Senado num banquete e governar o Império doravante com seus libertos e cavaleiros romanos (Suet., *Nero*, 43, 1). Se isto é verdade, fica em aberto. Mas é verdadeiro que, sob Nero, a organização política da antiga *res publica* perdia crescentemente importância frente às novas estruturas de organização que haviam surgido na corte imperial e na administração das finanças imperiais, e que consistia principalmente de libertos e cavaleiros. Ter a casa imperial *no lugar da*

cidade e um governo patrimonial *no lugar da* República aristocrática correspondeu, portanto, a uma reação consistente de Nero para a indiferença da posição imperial em relação à tradicional distinção entre as esferas privada e pública.

Mas o que dizer de sua inclinação ao canto e entusiasmo por corridas de bigas? Em primeiro lugar, as fontes concordam em três aspectos: 1. Nero levava a sério suas aparições e tinha ambições artísticas. Ele estudou com os artistas mais famosos de sua época, cuidava de sua dieta e treinava a voz com grande disciplina. Ele seguia escrupulosamente as regras das competições e demonstrava um grande respeito pelos juízes; outros também ganharam em competições em que o imperador tomou parte (de acordo com Dião Cássio, ele permitia que ganhassem para que suas próprias vitórias parecessem mais críveis). 2. Desde o início, os membros das mais nobres e conhecidas famílias equestres e senatoriais apareceram com ele no palco – por vontade própria, por causa de uma provável recompensa, ou sob compulsão, tal como alegado por alguns. O povo de Roma ficava encantado com as aparições de Nero e sua *popularitas* era enorme. 3. Nero entendia suas atividades artísticas em um contexto grego. A primeira aparição pública foi em Nápoles, que lhe parecia a cidade mais grega da Itália; o auge de suas aparições foi a turnê pela Grécia, em que ganhou, em Olímpia, uma corrida de carros de dez cavalos e obteve inúmeras vitórias em competições musicais.

De acordo com Tácito, Nero ponderava que “conduzir bigas era uma atividade digna de um rei, muitas vezes praticada por homens proeminentes de tempos antigos... e glorificada por cantos de vitória, compostos por poetas e celebrados em honra aos deuses...” (Tac., *Ann.*, 14, 14, 1). Nero, portanto, relacionava suas atividades à prática agonística da aristocracia arcaica grega, a qual, como se sabe, servia-se das vitórias em Olímpias e dos prêmios em competições, séculos antes, para obter glória e manifestar seu *status* nobre diante de um público de várias cidades.

Que Nero igualmente objetivasse uma representação de seu próprio *status* imperial com suas aparições é ilustrado, sobretudo, pelos relatos de seu retorno da Grécia. Em Nápoles, ele entrou na cidade com tal extravagância, com toda uma parelha de cavalos brancos, que uma parte da muralha teve que ser retirada para abrir espaço suficiente para sua passagem. Da mesma forma, em Âncio e Albano. Na sua entrada em Roma, uma parte das muralhas também teve que ser retirada. À frente da procissão, as coroas ganhadas por Nero eram exibidas. Em seguida, seguiam-se placas de madeira com o nome e tipo da competição e a informação de que “Nero César, como o primeiro dos romanos desde os primórdios do mundo, obtivera esta vitória” (Dião Cássio, 63[63], 20, 2). O próprio Nero aparecia à sequência numa carruagem que Augusto usara em suas procissões triunfais, vestido de púrpura e com um manto grego bordado com estrelas douradas, a coroa da vitória

olímpica na cabeça e a coroa de louros dos Jogos Píticos na mão direita (Suet., *Nero*, 25, 1). Ele estava acompanhado por soldados de sua guarda, por cavaleiros e – não mencionado por Suetônio, por constrangimento, mas relatado por Dião Cássio – por senadores. A procissão dirigia-se ao Circo Máximo, onde também um arco fora demolido para facilitar a entrada, e de lá continuou através do Fórum em direção ao Capitólio e ao templo de Apolo no Palatino.

De acordo com Dião Cássio, toda a cidade foi enfeitada com guirlandas. A população inteira, “e especialmente, em voz alta, os senadores”, exclamaram juntos: “Ave, vencedor olímpico, ave, vencedor pítico! Augusto! Augusto! Ave, Nero, nosso Hércules! Ave, Nero, nosso Apolo! O único vencedor da grande turnê! O único desde o início dos tempos! Augusto! Voz divina! Felizes os que têm permissão para ouvi-lo” (Dião Cássio, 62[63], 20, 5 ss). O que estava acontecendo em Roma? Toda a cidade fora tomada pela loucura coletiva cesariana?

Esse episódio foi, certamente, muito bem organizado, entre outros, pelos Augustanos, um grupo de 4000 claque de que Nero dispunha; havia muito a ver para os espectadores, e os senadores claramente tinham poucas alternativas para agir diferentemente nesta situação. Em primeiro lugar, é evidente que Nero expressou sua posição monárquica, superando todos os outros, por meio de uma cerimônia grandiosa sem qualquer proporção. A maneira com que foi realizada remete à tradicional representação romana de realizações extraordinárias. Toda a sequência e a carruagem imperial referem-se ao triunfo e a seu bisavô Augusto.

Contudo, o que é fundamental é que, com Nero, não é a referência à *res publica* que serve como base para a posição imperial. A hierarquia política tradicional, em que a honra social resultava de cargos políticos, ou seja, a partir de conquistas para a comunidade política, e em que o imperador não encontrava um lugar, aqui aparece anulada e substituída por uma alternativa. Um tipo de meritocracia permanece como a base da classificação social. Não *honores* de cargos públicos, mas vitórias nas competições aparecem como a base da glória imperial, e antigos ideais aristocráticos gregos servem como ponto de referência. Na verdade, a hierarquia romana fica a reboque da alternativa – no sentido de que os senadores puderam ou tiveram que atuar no palco na vida real, inclusive na Grécia, e na medida em que passaram a fazer parte de uma procissão triunfal baseada em glória de concursos.

Em um artigo esclarecedor sobre Sêneca e Nero, Rolf Rilinger (2007) argumentou que Nero fora um aluno muito cioso de seu professor, que se ocupava muito com a história grega e, portanto, optou por formas de autorrepresentação que lembrariam aqueles tempos. No entanto, a relação com o paradoxo social do papel do imperador se torna bastante evidente neste caso: enquanto

Calígula pretendia a destruição da antiga hierarquia com o consulado de seu cavalo, Nero apostou em uma alternativa greco-agonística para atingir seu objetivo – de acordo com Suetônio, “imortalidade e fama eterna” (Suet., *Nero*, 55).

Domiciano, o terceiro imperador do primeiro século d.C. considerado “louco”, chegou ao poder em 81 d.C. aos 29 anos de idade.⁹ Ele lidou com os problemas da monarquia dentro de uma República aristocrática de maneira diferente daquela de Calígula e Nero. Os relatos inacreditáveis de seus banquetes, em que aterrorizava a aristocracia, indicam o desenho de novos caminhos em termos de interações e estreitas relações sociais.

Desde Augusto, o sistema originalmente multipolar de amizades políticas da aristocracia republicana havia sido sobreposto por um novo sistema de amizade com o imperador (WINTERLING, 1999, pp. 161-194; 2011c, pp. 207-232). Todos os senadores e os cavaleiros mais importantes compareciam à *salutatio* matutina no palácio imperial; muitos deles eram regularmente convidados para banquetes restritos a círculos menores – eram ambos os rituais os mais importantes que tradicionalmente expressavam a amizade com o chefe da família.¹⁰ Devido ao número de participantes, a proximidade pessoal já não podia formar a base destas relações com o imperador. A *amicitia* imperial, portanto, tomou um caráter institucional que independia das relações pessoais dos participantes, embora “bons” imperadores, como Augusto – no contexto da comunicação ambígua – ainda preservassem as formas exteriores de antigas e estreitas relações pessoais, simbólicas da igualdade aristocrática. Em tais ocasiões, o imperador poderia ser abordado por senadores e cavaleiros, que esperavam ganhar o favor imperial sendo reconhecidos pessoalmente e promovidos para os círculos mais próximos das pessoas de confiança do imperador.

Também neste caso, o comportamento imperial teve consequências paradoxais de longo prazo: a vantagem de aparecer como o patrono de todos andava de mãos dadas com a desvantagem de que a importância simbólica de uma amizade aristocrática, originalmente igualitária e livremente escolhida, em que um monarca não se encaixava, era intencionalmente preservada e que, por outro lado, o caminho para um conjunto cerimonial de relações entre imperador e aristocracia, símbolo de sua hierarquia, era obstruído. Quanto mais amigáveis as relações dos imperadores com a nobreza, menos eles apareciam como imperadores.

Relata-se que Domiciano favorecia o desejo da nobreza por comunicação pessoal com o imperador enquanto o praticava sob novas formas. Tornou-se um dever para os senadores estar presente nas recepções matinais imperiais regulares, e o mesmo valia para banquetes promovidos para muitas pessoas, às vezes centenas delas, nos novos anexos palacianos que construía. Algo

semelhante já estava em curso sob seus antecessores. Contudo, era crucial agora o fato de que estar próximo do imperador não implicava, de modo algum, favor imperial para si, mas fazia parte de um cerimonial monárquico. Plínio relata mais tarde, sob Trajano, o medo que tomou conta daqueles admitidos para as *salutationes* de Domiciano, assim como daqueles que haviam sido excluídos. Nos banquetes regulares, o imperador, que já tinha saciado sua fome mais cedo por conta própria, também apenas “fingia” compartilhar a mesa com os senadores e observava-os de forma hostil (Plin., *Paneg.*, 49, 6).

A situação parece ter chegado ao cúmulo após a rebelião de Saturnino em 89 d.C., quando Domiciano perseguiu supostos ou reais simpatizantes com processos de *maiestas*, enquanto o restante da classe senatorial tinha que continuar provando a sua amizade pelo imperador nas recepções matutinas e eventos noturnos. Os membros do conselho imperial, o *Consilium*, em que tradicionalmente os amigos mais próximos e mais confiáveis do imperador se reuniam, também incluindo-se os mais eminentes, não estavam de modo algum prestigiados devido à proximidade com o imperador; ao contrário, eram afrontados com questões insignificantes, e os rostos dos participantes – assim diz Juvenal em sua conhecida sátira – expressavam “o medo da grande e miserável amizade” (Juv., 4, 74 ss).

Domiciano, portanto, tentou resolver a situação paradoxal pela qual o imperador poderia reforçar sua posição, praticando uma amizade igualitária com a aristocracia e, simultaneamente, minando todas as tentativas embrionárias dentro das formas cerimoniais predominantes voltadas para sua posição excepcional como monarca, por meio da continuação das formas tradicionais, mas usando-as de um modo novo. A amizade assim se tornou uma espécie de mecanismo para o imperador domesticar e controlar a aristocracia na corte.

Tal instrumentalização de antigas formas republicanas para fins monárquicos mostrou-se também em outras medidas deste imperador. Por exemplo, Domiciano serviu-se do elemento mais importante da antiga organização política, as magistraturas, para manifestar e estender seu domínio. Ele assumiu o consulado quase todos os anos. Fazia-se acompanhar por 24 *lictors* – o dobro de um cônsul regular e o mesmo de um ditador durante a República. Acima de tudo, no entanto, ele próprio se atribuiu o cargo de censor perpétuo, em 85. Isso lhe deu o poder legal para dirigir a composição do Senado, para admitir novos membros e excluir antigos. Os imperadores sempre foram capazes de influenciar a composição do Senado com base em seu poder real. Agora, no entanto, algo como uma “captura hostil” da República pelo monarca teve lugar: o mais importante cargo republicano foi legalmente transformado em um instrumento de governo monárquico.

Domiciano parece ter mudado a organização geral das magistraturas, transformando-a de uma hierarquia de posições de honra em uma eficiente hierarquia administrativa a serviço do imperador. Suetônio, que está acima de qualquer suspeita de ser favorável a esse imperador, escreveu em sua biografia: “Ele [Domiciano] manteve sob rédeas tão curtas os magistrados em Roma e os governadores das províncias de modo que, em qualquer outra época, não houve titulares de cargos mais honrados e justos” (Suet., *Dom.*, 8, 2).

Caso se busque por semelhanças compartilhadas por esses três Césares “loucos”, pode-se notar o seguinte: todos foram autocratas, isto é, não tentaram esconder suas posições excepcionais como imperadores sob uma fachada de República reconstituída, exercendo-as veladamente, mas tornaram-nas manifestas e inclusive visaram a confrontá-la com a oposição. Ao se recontextualizar seus estranhos comportamentos como relatados nas fontes literárias, relacionando-os com a posição paradoxal do imperador nas estruturas sócio-políticas, uma imagem nítida emerge, a seguir.

1. A tentativa de destruir as antigas formas de comunicação e hierarquia política torna-se evidente, desmascarando a comunicação ambígua na caricatura das posições aristocráticas de honra mediante o consulado do cavalo no caso de Calígula; 2. a tentativa de desenvolver alternativas para a antiga organização política e hierarquização social: substituindo a antiga *res publica* pela casa imperial e baseando a classificação social imperial em conquistas agonísticas gregas, como sob Nero; 3. a tentativa de instrumentalizar as velhas estruturas republicanas para servirem ao regime monárquico: transformando as relações de amizade com o imperador em um instrumento para controlar a aristocracia e utilizando-se a antiga organização política como um governo dirigido pelo imperador, no caso de Domiciano.

Destruição, alternativas, instrumentalização – cada caso estava relacionado a uma batalha contra antigas estruturas fundamentais de uma sociedade politicamente integrada e à busca de uma forma aberta e estável de monarquia, livre de paradoxos.

Estruturas mentais e “loucura imperial”

Da mesma forma que a integração política da sociedade romana mostra que é anacrônico interpretar estruturas políticas pré-modernas com a ajuda de termos desenvolvidos para os modernos sistemas políticos, o olhar crítico da pesquisa histórica médica mostra que não é possível fornecer um diagnóstico analítico retrospectivo dos Césares romanos usando conceitos psicológicos desenvolvidos para homens e mulheres modernos. O que pode ser considerado um comportamento

normal ou anormal não é um dado meta-histórico, mas depende das relações sociais e padrões culturais em que cada indivíduo está situado.

Há uma série de precedentes famosos para a psicologia histórica como um importante tema de antropologia histórica, que não se volta para constantes, mas para as mudanças nas estruturas humanas, historicizando-as:¹¹ a análise de Norbert Elias (1969) da gênese da psique do homem moderno desde a Idade Média, o desenvolvimento de controle das emoções e das estruturas do “Über-Ich” (“superego”) em relação à evolução da sociedade moderna e do Estado moderno, é um exemplo. Outro é a investigação de Michel Foucault (1961) sobre a concepção e isolamento da loucura no processo de diferenciação de um mundo europeu racional e desmistificado no início do período moderno. Estudos etnopsicanalíticos de sociedades e grupos não europeus e, por exemplo, o debate cultura-personalidade na etnologia norte-americana da década de 1940 também oferecem inspiração metodológica importante.¹² Independentemente da crítica de resultados específicos dessas investigações, a meu ver, elas apontam indiscutivelmente para um fato: como a psique humana se manifesta está intimamente interligado com as estruturas sociais e culturais das sociedades em que vivem os indivíduos. E isso significa que a psique humana também está sujeita à mudança histórica.

Então, é impossível colocar os Césares romanos no divã. Do mesmo modo, o historiador da Antiguidade de hoje não pode participar como observador – o que, aliás, não é uma desvantagem, considerando-se a taxa enormemente elevada de mortes não naturais em torno dos imperadores romanos. Portanto, continuamos na dependência das fontes escritas. Pelo que sei, no entanto, até agora não surgiram quaisquer trabalhos preliminares promissores rumo a uma psicologia histórica da nobreza romana. O que tornava uma personalidade aristocrática sã e o que era considerado anormal, como eles pareciam afetados em suas estruturas ou autocontrole, o que expressava vergonha, constrangimento, amor e outras emoções – estas e outras questões semelhantes teriam que ser investigadas, cronologicamente diferenciadas, sistematizadas e interpretadas com a ajuda de muitos exemplos individuais de comportamento e suas interpretações contemporâneas. Trata-se de um vasto e, em grande medida, ainda intacto campo de pesquisa.

No tocante à questão de se o comportamento dos três imperadores discutidos acima tinha um fundo psicopata, não é preciso esperar por tal psicologia histórica. Tendo em vista a reconstrução dos objetivos e razões subjacentes a suas ações, uma comparação com duas descrições contemporâneas é suficiente – a descrição dos fenômenos psicopatológicos, por um lado, e do comportamento aristocrático ideal, por outro.

Em relação à psicopatologia contemporânea, podemos recorrer a A. Cornelius Celsus, um estudioso que viveu sob o imperador Tibério e que incluiu um relato sistemático do fenômeno da *insania*, isto é, da loucura, em seus livros *de medicina* (Celsus, 3, 18, 1 - 3, 20, 1). Ele a considera uma doença (*morbus*) que se manifesta por comportamento irracional, conversas tolas ou medos infundados. Pode ser acompanhada por excessiva tristeza ou alegria, por inação ou violência do paciente. Além de quadros febris temporários da mente, Celso distingue entre os distúrbios duradouros a ocorrência de delírios (*imagines*) (3, 18, 19 ss), durante os quais o poder racional da mente não é afetado, daqueles distúrbios alucinatorios da própria mente, a *mens* e o *animus*, respectivamente (3, 18, 21 ss).

Galeno, que escreve no segundo século empregando uma distinção similar, cita como um exemplo do primeiro caso um médico chamado Teófilo que – embora fosse capaz de conversar e julgar corretamente – acreditava que flautistas tocavam música em torno dele dia e noite, fazendo sons e observando-o. Ele, portanto, gritava por toda a casa pedindo que fossem expulsos. Um paciente que tinha alucinações de que não possuía cabeça serve como exemplo de um distúrbio da mente. Ele acreditava que era um tirano que tivera a cabeça decepada (usar um gorro de chumbo era sugerido como terapia) (SIEGEL, 1973, p. 163).

Um tipo totalmente diferente de textos, as fontes jurídicas romanas, confirma a relevância social dessas descrições médicas: em uma série de passagens nos *digestos* relativas ao parricídio e outros tipos de assassinato, processos de *maiestas*, ferimentos e danos à propriedade, *furiosi* e *insani*, aqueles não dotados de mente sã (*non sanae mentis*) são declarados inimputáveis.¹³ No Império, portanto, foi feita uma tentativa de distinguir claramente entre loucura e comportamento significativo. A loucura aparece como uma construção de realidade por um indivíduo que diverge do que é universalmente aceito como válido pela sociedade ao seu redor. Uma pessoa louca é considerada doente e excluída da sociedade das pessoas sãs. Em julgamentos, elas – assim como as crianças – são inimputáveis. Dependendo do tipo de alucinação, eles podem esperar – assim Celso sugere – fome, restrições, espancamentos ou persuasão amigável de um médico, a fim de recuperar sua mente do estado em que se encontra (Celsus, 3, 18, 21 ss).

Em busca de uma descrição de uma imagem positiva e ideal da personalidade de um nobre romano, olhando para trás, como faziam os romanos com seu passado republicano, há um exemplo útil que Plínio, o Velho, incluiu em sua *Naturalis Historia* à época do imperador Vespasiano e, portanto, comprometido com a memória. Trata-se do discurso fúnebre realizado pelo filho em honra de L. Cecílio Metelo em 221 a.C., um senador particularmente bem sucedido que, entre outras

coisas, chegou a alcançar o consulado duas vezes, brilhara como general na Primeira Guerra Púnica, sendo honrado com um triunfo em Roma. Seu pai, assim dizia o filho, tinha atingido os dez mais importantes objetivos que um homem sábio deveria perseguir na vida: ele desejou ser o primeiro como lutador, o melhor orador e o mais valente general sob cujo comando os maiores feitos foram realizados. Ele também desejou atingir a mais alta honraria, a maior sabedoria e ser considerado o mais eminente senador. Finalmente, ele tentou ganhar uma grande fortuna de forma honrada, deixar muitos filhos e se tornar o homem mais famoso dentre todos os cidadãos (Plin., *Nat. Hist.*, 7, 139 ss). Em resumo, o ideal consistia em ser o primeiro no seio da sociedade aristocrática e no conjunto da cidadania. Que isto nada tinha a ver com egoísmo ou vaidade, mas sim com a árdua consecução de normas sociais e expectativas de comportamento, é ilustrado pela pressão que sofriam para atingir este ponto, sentida especialmente por aqueles que nasceram das famílias mais eminentes. Cn. Cornelius Scipio Hispanus claramente descendente de uma família famosa, foi um deles. Ele escreve em sua inscrição funerária no final do segundo século a.C.: “Eu aumentei as virtudes de minha linhagem pelo meu modo de vida, eu produzi descendentes, procurei seguir os feitos de meu pai. Eu fiz por merecer o elogio dos antepassados de modo que estão felizes por terem me gerado. Minha honra enobreceu a linhagem” (CIL² I 2, 15 = ILS 6). Pode-se quase sentir o alívio, no final de uma vida, por não ter falhado como um membro da nobreza.

Tendo em conta Celso e o direito romano, a conclusão é irrefutável: Calígula, Nero e Domiciano *não* eram “loucos” no sentido contemporâneo. Seu comportamento não se ligava a uma noção de realidade limitada apenas a si próprios. Pelo contrário, concernia a um tema central de suas épocas, os paradoxos de uma monarquia recém-estabelecida em uma sociedade politicamente integrada e o ódio a eles votado, que foi sua consequência imediata.

Tendo em vista o ideal republicano de nobreza, deve ser dito: não apenas os imperadores denunciados como loucos aparecem como excepcionais, mas também aqueles elogiados como “bons”. A recusa em deixar o poder político que detinham também se tornou manifesta: Augusto. A recusa em assumir sua própria posição nas interações com a nobreza: Vespasiano. Submeter-se aos requisitos de uma comunicação ambígua: Trajano. Ou até mesmo o autoafastamento de seu papel imperial por meio da filosofia: Marco Aurélio – esses imperadores podem ter sido politicamente inteligentes, mas não estavam em conformidade com os antigos ideais aristocráticos. Talvez não seja coincidência que nenhum deles provinha de uma família da alta nobreza com o selo imperial.

Calígula, ao mesmo tempo, bisneto de Augusto e Marco Antonio; Nero, ao mesmo tempo, bisneto, sobrinho e filho adotivo de um imperador; Domiciano, filho de um imperador – todos

abertamente pretendiam mostrar-se os primeiros, os melhores, mais corajosos e mais famosos, emulando seus antepassados imperiais para superá-los – sem qualquer cuidado para eventuais perdas. Assim, eles aparecem como expoentes típicos de uma mentalidade romana nobre e documentam a sua sobrevivência em um momento em que o ambiente político e social sofreu mudanças fundamentais. “Loucura imperial” na Roma antiga, em suma, não era loucura em um sentido psicopatológico, mas a concorrência de um antigo ideal romano de nobreza com uma monarquia paradoxal, ilimitada e instável.

Referências Bibliográficas

- BARRETT, A. *Caligula. The Corruption of Power*. London: B.T. Batsford Ltd., 1989.
- CHAMPLIN, E. *Nero*. Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press, 2003.
- ELIAS, N. *Über den Prozeß der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen* [1939]. 2 vol. 2. ed. Bern: Francke Verlag, 1969.
- ESSER, A. *Caesar und die julisch-claudischen Kaiser im biologisch-ärztlichen Blickfeld*. Leiden: Brill, 1958.
- FOUCAULT, M. *Histoire de la folie*. Paris: Plon, 1961.
- HAMPL, F. “Cäsarenwahnsinn”. Eine Betrachtung über Herkunft, Inhalt und Bedeutung eines fast vergessenen Begriffs. In: *Corolla Memoriae Erich Swoboda dedicate*. Cologne: Graz, 1966, pp. 126-136.
- HENTIG, H. v. *Über den Cäsarenwahnsinn. Die Krankheit des Kaisers Tiberius*. München: J.F. Bergmann, 1924.
- HOLL, K. *Ludwig Quidde (1858-1941). Eine Biographie*. Düsseldorf: Droste Verlag, 2007.
- HOPKINS, K. *Death and Renewal. Sociological Studies in Roman History*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JONES, B. W. *The Emperor Domitian*. London: Routledge, 1992.
- LEIBBRAND, W; WETTLEY, A. *Der Wahnsinn. Geschichte der abendländischen Psychopathologie*. Freiburg/Munich: K. Alber, 1961.
- QUIDDE, L. *Caligula. Eine Studie über römischen Cäsarenwahnsinn* [1894]. 32 ed. Berlin: Hensel, 1926.
- RILINGER, R. Seneca und Nero. Konzepte zur Legitimation kaiserlicher Herrschaft. In:

RILINGER, R. *Ordo und dignitas*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2007, pp. 253-280.

RONNING, C. Zwischen *ratio* und Wahn. Caligula, Claudius und Nero in der altertumswissenschaftlichen Forschung. In: WINTERLING, A. (ed.), *Zwischen Strukturgeschichte und Biographie. Probleme und Perspektiven einer neuen Römischen Kaisergeschichte. 31 v. Chr. - 192 n. Chr.*. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011, pp. 253-276.

SCHNURBUSCH, D. Rationalität und Irrationalität. Die Flavii in der Sicht der biographischen Forschung. In: WINTERLING, A. (ed.), *Zwischen Strukturgeschichte und Biographie. Probleme und Perspektiven einer neuen Römischen Kaisergeschichte. 31 v. Chr. - 192 n. Chr.*. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011, pp. 277-294.

SIEGEL, R. E. *Galen on Psychology, Psychopathology, and Function and Diseases of the Nervous System*. Basle: S. Karger, 1973.

SOUTHERN, P. *Domitian. Tragic Tyrant*. London: Routledge, 1997.

VEYNE, P. *Le pain et le cirque. Sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Le Seuil, 1976.

WIEDEMEISTER, F. *Der Cäsarenwahnsinn der julisch-claudischen Imperatorenfamilie geschildert an den Kaisern Tiberius, Caligula, Claudius, Nero*. Hannover: C. Rümpler, 1875.

WINTERLING, A. *Aula Caesaris: Studien zur Institutionalisierung des römischen Kaiserhofes in der Zeit von Augustus bis Commodus (31 v. Chr.-192 n. Chr.)*. München: R. Oldenbourg Verlag, 1999.

_____. Begriffe, Ansätze und Aussichten Historischer Anthropologie. WINTERLING, A. (ed.). *Historische Anthropologie*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2006, pp. 9-29.

_____. *Politics and Society in Imperial Rome*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

_____. (ed.), *Zwischen Strukturgeschichte und Biographie. Probleme und Perspektiven einer neuen Römischen Kaisergeschichte. 31 v. Chr. - 192 n. Chr.*. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011a.

_____. *Caligula. A Biography*. Berkeley: University of California Press, 2011b.

_____. Die Freundschaft der römischen Kaiser. In: WINTERLING, A. (ed.), *Zwischen Strukturgeschichte und Biographie. Probleme und Perspektiven einer neuen Römischen Kaisergeschichte. 31 v. Chr. - 192 n. Chr.*. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011c, pp. 207-232.

_____. Zu Theorie und Methode einer neuen Römischen Kaisergeschichte. In:

WINTERLING, A. (ed.), *Zwischen Strukturgeschichte und Biographie. Probleme und Perspektiven einer neuen Römischen Kaisergeschichte. 31 v. Chr. - 192 n. Chr.*. München: Oldenbourg Wissenschaftsverlag, 2011d, pp. 1-11.

WITSCHER, C. Verrückte Kaiser? Zur Selbststilisierung und Außenwahrnehmung nonkonformer Herrscherfiguren in der römischen Kaiserzeit. In: RONNING, C. (ed.). *Einblicke in die Antike. Orte - Praktiken - Strukturen*. München: Herbert Utz Verlag, 2006, pp. 87-129.

Notas

¹ A *Apocolocyntosis* do imperador Cláudio, publicada após sua morte e atribuída a Sêneca, é um provável exemplo pertinente.

² Para o que se segue ver também WINTERLING, 2011d.

³ *Contra*, consultar VEYNE, 1976, pp. 717-719; HOPKINS, 1983, p. 170; WITSCHER, 2006, pp. 87-129.

⁴ Sobre a história das interpretações sobre a loucura ver LEIBBRAND; WETTLEY, 1961.

⁵ No que se segue retomamos ideias e fraseologia usadas em WINTERLING, 2009, pp. 9-33, 58-76, 103-119.

⁶ Para mais detalhes, ver WINTERLING, 2011b, pp. 9-15, 23-31.

⁷ Para a pesquisa biográfica mais atualizada consultar BARRETT, 1989 e RONNING, 2011.

⁸ Para a pesquisa biográfica mais atualizada consultar CHAMPLIN, 2003 e RONNING, 2011.

⁹ Para a pesquisa biográfica mais atualizada consultar JONES, 1992; SOUTHERN, 1997; SCHNURBUSCH, 2011.

¹⁰ Sobre as *salutationes* e os banquetes na corte imperial, consultar WINTERLING, 1999, pp. 117-160.

¹¹ Ver WINTERLING, 2006. “Antropologia”, portanto, não é aqui entendida como “etnologia”, mas em seu sentido mais antigo (e comum na língua alemã) de “ciência humana”, isto é, que tem o homem por objeto de estudo.

¹² Sobre os trabalhos de Ruth Benedict, Margaret Mead, Abram Kardiner e Cora Du Bois.

¹³ *Parricidium*: Dig. 1, 18, 13, 1; 1, 18, 14; assassinato: Dig. 29, 5, 3, 11; 48, 8, 12; processos de *maiestas*: Dig. 48, 4, 3, 7; *Cod. Iust.* 9, 7, 1; ferimentos: Dig. 47, 10, 3, 1; 9, 2, 5, 2.

Recebido em maio de 2012.

Aprovado em junho de 2012.